

Relatório Anual 2016

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados de Carlos Barbosa - Sicredi
Serrana RS**

**Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - **Sicredi Serrana RS**
Carlos Barbosa - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 17 de fevereiro de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6


Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015		
CIRCULANTE	1.260.578	1.025.346	CIRCULANTE	365.159	314.885		
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	18.089	13.430	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	198.244	174.072
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	206.082	43.576	Depósitos à Vista		122.046	104.302
Carteira Própria		206.082	43.576	Depósitos Interfinanceiros		54	21
RELACÕES INTERFINANCEIRAS		665.502	651.923	Depósitos a Prazo		76.144	69.749
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		6	7	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		103.661	86.820
Depósitos no Banco Central		94	8	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	3
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		3	-	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 13)	103.661	86.817
Correspondentes no país		52	71	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.988	1.884
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	665.347	651.837	Recursos em Trânsito de Terceiros		1.988	1.884
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	338.499	291.718	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	8.771	9.996
Operações de Crédito		355.394	309.725	Enpréstimos País - Outras Instituições		8.771	9.996
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(16.895)	(18.007)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		52.495	42.113
OUTROS CRÉDITOS		29.681	23.576	Cobrança e Arrecadação de Tributos		77	68
Créditos por Avisos e Fianças Honrados		142	245	Sociais e Estatutárias		6.017	4.738
Rendas a Receber		2.218	3.201	Fiscais e Previdenciárias		2.118	1.789
Créditos Específicos		140	123	Diversas	(NOTA 15)	44.283	35.518
Diversos	(NOTA 08)	27.660	20.420				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Dúvida)		(479)	(413)				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	2.725	1.123				
Outros Valores e Bens		2.744	1.173				
(Provisão para desvalorização)		(50)	(77)				
Despesas Antecipadas		31	27				
NÃO CIRCULANTE	201.912	191.169	NÃO CIRCULANTE	903.631	745.017		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		156.644	150.598	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		903.631	745.017
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	6	1.437	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	882.448	721.268
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		6	1.437	Depósitos a Prazo		882.448	721.268
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	156.636	149.023	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	4.199	4.990
Operações de Crédito		173.430	165.104	Repasses Interfinanceiros		4.199	4.990
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Dúvida)		(16.794)	(16.081)	OUTRAS OBRIGAÇÕES		16.984	18.759
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 08)	2	138	Diversas	(NOTA 15)	16.984	18.759
PERMANENTE		45.268	40.571				
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	24.741	21.578	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		193.700	156.613
Outros Investimentos		24.741	21.578	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	92.253	78.830
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	13.492	12.936	De Domiciliados no País		92.294	78.895
Imóveis de Uso		351	92	(Capital a Realizar)		(41)	(65)
Outras Imobilizações de Uso		24.516	22.499	RESERVAS DE SOBRAS		93.525	71.088
(Depreciação acumulada)		(11.375)	(9.655)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		7.922	6.695
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	7.035	6.057				
Outros Ativos Intangíveis		12.192	10.147				
(Amortização acumulada)		(5.157)	(4.090)				
TOTAL DO ATIVO	1.462.490	1.216.515	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.462.490	1.216.515		

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	76.007	-	76.007	146.392	-	146.392	117.364	-	117.364
Operações de Crédito	62.026	-	62.026	121.992	-	121.992	109.755	-	109.755
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	13.981	-	13.981	24.400	-	24.400	7.609	-	7.609
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(70.137)	(417)	(70.554)	(137.357)	(669)	(138.026)	(110.263)	(637)	(110.900)
Operações de Captação no Mercado	(56.597)	(48)	(56.645)	(107.395)	(78)	(107.473)	(81.754)	(76)	(81.830)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.691)	(369)	(6.060)	(10.861)	(591)	(11.452)	(8.435)	(561)	(8.996)
Provisão para Créditos de Liquidação Dúvidosa	(7.849)	-	(7.849)	(19.101)	-	(19.101)	(20.074)	-	(20.074)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	5.870	(417)	5.453	9.035	(669)	8.366	7.101	(637)	6.464
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/Dispêndios e Despesas Operacionais	11.990	4.828	16.818	24.430	9.594	34.024	20.947	10.495	31.442
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	6.547	8.110	14.657	12.430	15.380	27.810	9.461	10.028	19.489
Rendas de Tarifas Bancárias	4.002	-	4.002	7.586	-	7.586	6.526	-	6.526
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(21.738)	(1.438)	(23.176)	(40.824)	(2.251)	(43.075)	(33.932)	(2.286)	(36.218)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(13.530)	(1.445)	(14.975)	(26.570)	(2.541)	(29.111)	(22.861)	(2.632)	(25.493)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(61)	(394)	(455)	(110)	(744)	(854)	(58)	(475)	(533)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	52.908	546	53.454	96.916	692	97.608	80.359	6.711	87.070
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(16.138)	(551)	(16.689)	(24.998)	(942)	(25.940)	(18.548)	(851)	(19.399)
RESULTADO OPERACIONAL	17.860	4.411	22.271	33.465	8.925	42.390	28.048	9.858	37.906
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	424	10	434	502	9	511	(232)	(6)	(238)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	18.284	4.421	22.705	33.967	8.934	42.901	27.816	9.852	37.668
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1.795	1.795	-	-	-	-	(670)	(670)
Provisão para Imposto de Renda	-	1.059	1.059	-	-	-	-	(404)	(404)
Provisão para Contribuição Social	-	736	736	-	-	-	-	(266)	(266)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	18.284	6.216	24.500	33.967	8.934	42.901	27.816	9.182	36.998
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	-	8.934	(8.934)	-	9.182	(9.182)
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	18.284	6.216	24.500	42.901	-	42.901	36.998	-	36.998
DESTINAÇÕES	-	-	-	(34.979)	-	(34.979)	(30.303)	-	(30.303)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(9.373)	-	(9.373)	(7.625)	-	(7.625)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.169)	-	(3.169)	(2.678)	-	(2.678)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(20.596)	-	(20.596)	(17.407)	-	(17.407)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.841)	-	(1.841)	(2.593)	-	(2.593)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	7.922	-	7.922	6.695	-	6.695

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	66.498	51.088	5.729	123.315
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.679	-	(5.679)	-
Outras destinações	-	-	(50)	(50)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.798	-	-	1.798
Baixas de capital	(2.653)	-	-	(2.653)
Resultado do período	-	-	36.998	36.998
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.678)	(2.678)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.407	(17.407)	-
Juros sobre o Capital Próprio	7.508	-	(7.625)	(117)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.593	(2.593)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	78.830	71.088	6.695	156.613
Mutações do Período	12.332	20.000	966	33.298
Saldos no início do período em 01/01/2016	78.830	71.088	6.695	156.613
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	6.645	-	(6.645)	-
Outras destinações	-	-	(50)	(50)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.186	-	-	1.186
Baixas de capital	(3.628)	-	-	(3.628)
Resultado do período	-	-	42.901	42.901
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.169)	(3.169)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.596	(20.596)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.220	-	(9.373)	(153)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.841	(1.841)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	92.253	93.525	7.922	193.700
Mutações do Período	13.423	22.437	1.227	37.087
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não Auditado)	84.361	71.088	18.401	173.850
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	501	-	-	501
Baixas de capital	(1.829)	-	-	(1.829)
Resultado do período	-	-	24.500	24.500
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.169)	(3.169)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.596	(20.596)	-
Juros sobre o Capital Próprio	9.220	-	(9.373)	(153)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.841	(1.841)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	92.253	93.525	7.922	193.700
Mutações do Período	7.892	22.437	(10.479)	19.850

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS
CNPJ/MF nº 90.608.712/0001-80

	01/07/2016 a 31/12/2016	01/01/2016 a (Não Auditado)	01/01/2015 a 31/12/2015
RESULTADO DO EXERCÍCIO	20.417	42.773	48.547
Resultado do semestre/exercício	24.500	42.901	36.998
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(4.083)	(128)	11.549
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(1.732)	(398)	10.660
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	(27)	27
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(63)	65	211
Depreciação do imobilizado de uso	1.160	2.086	1.769
Amortização do intangível	580	1.067	909
Baixas do ativo permanente	103	107	82
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(430)	(50)	984
Destinações ao FATES	(3.169)	(3.169)	(2.678)
Dividendos SicrediPar	(532)	191	(415)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	62.490	(14.002)	164.947
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.236	1.431	2.057
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(22.154)	(162.506)	3.915
Redução em relações interfinanceiras ativas	10.171	1	6
(Aumento) em créditos vinculados	(53)	(90)	-
Redução em relações com correspondentes	139	19	31
(Aumento) em operações de crédito	(46.413)	(53.994)	(51.404)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	20.603	16.051	21.683
(Aumento) em outros créditos	(2.524)	(6.227)	(6.335)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(1.232)	(1.575)	173
Aumento em depósitos	92.638	185.352	182.227
Aumento em relações interdependências passivas	1.214	104	103
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.923)	(1.224)	978
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.121)	(2.364)	(2.689)
Aumento em outras obrigações	11.909	11.020	14.202
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	82.907	28.771	213.494
Aquisição de Investimentos	-	(3.163)	(462)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.194)	(2.749)	(6.121)
Aplicações no Intangível	(397)	(2.045)	(2.740)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(2.591)	(7.957)	(9.323)
Integralização de capital	501	1.186	1.798
Baixa de capital	(1.829)	(3.628)	(2.653)
Juros ao capital próprio	(153)	(153)	(117)
Distribuição de Sobras	-	(50)	(50)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(1.481)	(2.645)	(1.022)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	78.835	18.169	203.149
Caixa e equivalente de caixa no início do período	604.601	665.267	462.118
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	683.436	683.436	665.267

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 30/10/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 31 de dezembro de 2015 na Nota 10, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizable a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	1.025.484	(138)	1.025.346
OUTROS CRÉDITOS	23.714	(138)	23.576
Diversos	20.558	(138)	20.420
Ativo Não circulante	191.031	138	191.169
OUTROS CRÉDITOS	-	138	138
Diversos	-	138	138
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	31.442	-	31.442
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	19.781	(292)	19.489
Rendas de Tarifas Bancárias	6.234	292	6.526
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	158.975	5.972	164.947
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	207.522	5.972	213.494
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.351)	(5.972)	(9.323)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisão, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logícias, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	18.089	13.430
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	665.347	651.837
Total	683.436	665.267

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	1.437
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	6	1.437
Total realizável a longo prazo	6	1.437

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Cotas de Fundos de Renda Fixa	206.082	43.576
Total circulante	206.082	43.576

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	226.938	139.712	366.650	311.818
Financiamentos	22.083	29.175	51.258	68.581
Financiamentos rurais e agroindustriais	106.373	4.543	110.916	94.430
Carteira total	355.394	173.430	528.824	474.829

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	142	-	142	245
Títulos e créditos a receber (i)	18.971	2	18.973	12.583
Total	19.113	2	19.115	12.828

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível AA	-	1	-	-	-
Nível A	0,50	208.911	179.903	1.045	900
Nível B	1,00	204.966	172.631	2.050	1.726
Nível C	3,00	53.749	59.636	1.612	1.789
Nível D	10,00	38.689	29.929	3.869	2.993
Nível E	30,00	16.465	17.342	4.940	5.203
Nível F	50,00	8.037	11.046	4.019	5.523
Nível G	70,00	2.087	3.083	1.461	2.158
Nível H	100,00	15.034	14.087	15.034	14.087
Total (i)		547.939	487.657	34.030	34.379

Em 31 de dezembro de 2016 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 138 (2015 - R\$ 122).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2016				2015
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	
Pessoas Físicas	2.927	42.818	40.457	72.148	158.350
Rural	629	8.179	97.565	4.543	110.916
Industrial	698	26.217	34.066	32.445	93.426
Comércio	1.106	22.899	39.530	33.758	97.293
Outros Serviços	351	24.740	32.325	30.538	87.954
Total	5.711	124.853	243.943	173.432	547.939
					487.657

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	46.906	8,56	32.243	6,61
50 devedores seguintes	99.695	18,19	75.980	15,58
100 devedores seguintes	66.340	12,11	52.789	10,83
Demais	334.998	61,14	326.645	66,98
Total	547.939	100	487.657	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	34.501	23.630
Constituição de provisão	19.101	20.074
Movimentação de baixados para prejuízo	(19.434)	(9.203)
Saldo final	34.168	34.501

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.097 (2015 - R\$ 4.257), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.675 (2015 - R\$ 13.445).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado cfe NE 02)
Adiantamentos e antecipações salariais	196	188
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.579	2.729
Devedores por depósitos em garantia	2.265	1.580
Impostos e contribuições a compensar	818	2.213
Títulos e créditos a receber	18.971	12.584
Valores honrados	233	175
Cotas de consórcio	549	273
Operações com cartões	118	29
Pendências a regularizar	518	248
Outros	413	401
Total Circulante	27.660	20.420

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	-	138
Títulos e créditos a receber	2	-
Total realizável a longo prazo	2	138

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móvels, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	2.717	1.173
Imóveis	2.346	1.096
Veículos e afins	203	-
Bens em regime especial	168	77
Material em estoque	27	-
Despesas antecipadas	31	27
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(50)	(77)
Total Circulante	2.725	1.123

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 50 (2015 - R\$ 77) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Sul	13.014	12.191
Sicredi Participações S.A.	11.726	9.386
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	24.741	21.578

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	3.802.308 ON	3.043.151 ON	1	1	13.013.521	12.191.102
	7.924.151 PN	6.342.575 PN				
Percentual de participação	1,35%	1,17%	0,63%	0,72%	3,71%	3,56%
Capital social	869.279	804.351	165	138	351.047	342.223
Patrimônio líquido	911.739	874.462	204.709	193.717	361.513	352.655
Lucro líquido do exercício	41.442	62.184	10.965	3.676	-	-
Valor do investimento	11.726	9.386	1	1	13.014	12.191

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	24.867	(11.375)	13.492	12.936
Imobilizações em curso	-	4.276	-	4.276	3.816
Edificações	4%	351	(22)	329	79
Instalações	10%	8.161	(3.995)	4.166	4.954
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.612	(3.098)	2.514	2.177
Sistema de comunicação	10%	309	(158)	151	166
Sistema de processamento de dados	20%	5.548	(3.765)	1.783	1.481
Sistema de segurança	10%	401	(240)	161	109
Sistema de transporte	20%	209	(97)	112	154
Intangível (i)	5% a 15%	12.192	(5.157)	7.035	6.057
Investimentos Confederação		12.192	(5.157)	7.035	6.057
Total		37.059	(16.532)	20.527	18.993

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	122.046	-	-	122.046	104.302
Depósitos Interfinanceiros	54	-	-	54	21
Depósitos a prazo	34.267	41.877	882.448	958.592	791.017
Total	156.367	41.877	882.448	1.080.692	895.340

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCIEROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	103.661	86.817
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	103.661	86.817
Total circulante	103.661	86.817
Recursos do Crédito Rural	4.199	4.990
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.199	4.990
Total exigível a longo prazo	4.199	4.990

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/07/2020, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2016	2015
Empréstimos no país - outras instituições	8.771	9.996
Cooperativa Central Sicredi Sul	8.771	9.996
Total circulante	8.771	9.996

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,04% a.m. com vencimento em 09/12/2017.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	2.726	3.024
Obrigações por convênios oficiais	7	6
Provisão para pagamentos a efetuar	9.335	8.584
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	3.027	3.077
Provisão para coobrigações (i)	5.786	4.188
Juros dívida subordinada (ii)	1.747	-
Pendências a regularizar	494	78
Operações com cartões	18.195	11.694
Demais fornecedores	1.337	3.495
Credeiros diversos	1.629	1.372
Total circulante	44.283	35.518
Principal dívida subordinada (ii)	16.984	18.759
Total exigível a longo prazo	16.984	18.759

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente"

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	2.950	962	(928)	2.984
Cível	127	18	(102)	43
Total	3.077	980	(1.030)	3.027

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	2.984	2.950
Cível	Provável	43	127
Total		3.027	3.077

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária (i), cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.044; R\$ 143 e R\$ 1.740 (2015 - R\$ 594, R\$ 118 e R\$ 3.856), respectivamente.

(i) Quanto a Contingência Tributária, a cooperativa Sicredi Serrana RS possui em andamento processos administrativos versando sobre matéria tributária em que discute a incidência do tributo ISSQN. Os processos encontram-se em fase de Recurso Voluntário, tramitando junto à Secretaria Municipal da Fazenda de Bento Gonçalves, atingindo o valor de R\$ 1.740, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	92.253	78.830
Total de associados	93.528	88.023

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 13.423 (2015 – R\$ 12.332), sendo R\$ 15.865 (2015 – R\$ 12.187) via integralização de resultados e R\$ 1.186 (2015 – R\$ 1.798), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.628 (2015 – R\$ 2.653).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 11,35% em Conta Capital, no montante de R\$ 9.373, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Carlos Barbosa - Sicredi Serrana RS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	42.901	36.998
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(18.018)	(15.539)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos fiscais	-	20
Provisão resgate milhas cartão	21	116
Provisão de PPR	11	22
Receita com atos cooperativos	14.266	11.126
Juros sobre o capital próprio	3.937	3.050
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	698
Outros	(217)	(163)
Subtotal	18.018	14.869
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	(670)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	6	1.437
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	206.082	43.576
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	665.347	651.837
Outros Créditos - Rendas a receber	1.508	2.288
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	3.695	2.981
Investimentos (Nota 10)	24.741	21.578
Intangível (Nota 11)	7.035	6.057
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	54	21
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	107.860	91.807
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	8.771	9.996
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	17.946	11.663
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	18.731	18.759
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	24.400	7.609
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	10.437	234
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	84.027	72.091
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	9	1
Operações de Empréstimos e Repasses	11.452	8.996
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.310	1.043
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 22)	11.942	10.563

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	85	0,07%	46
Depósitos a prazo	980	0,10%	536
Operações de crédito	426	0,08%	360

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nesses dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	2.110	1.990

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 29.111 (2015 - R\$ 25.493), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	3.425	4.842
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	81.995	69.967
Reversão de provisões operacionais	8.243	2.915
Outras rendas operacionais	3.945	9.346
Total	97.608	87.070

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	2.311	1.811
Contribuição O.C.E.	93	84
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	460	668
Contribuição Confederação Sicredi	8.486	7.517
Cooperativa Central Sicredi Sul	1.338	1.147
Contribuição Sureg	1	119
Encargos da administração financeira	463	430
Repasso Administradora de Cartões	1.004	620
Outras provisões operacionais	7.121	2.336
Outras despesas operacionais	4.663	4.667
Total	25.940	19.399

NOTA 23 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	184.405	164.830
Coobrigações em cessões de crédito	14	26
Total	184.419	164.856

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legal e que refletem o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho “Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos”.

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:		
Capital principal - CP	190.488	155.088
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	93.525	71.088
Lucros acumulados	7.922	6.695
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	3.212	1.525
O capital qualificado de Nível II pode ser detalhado conforme segue:		
Ativo classificado como dívida subordinada	14.985	18.759
Total do capital qualificado	205.473	173.847
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	94.860	85.546
Índice sobre o PR considerando a RBAN	22,82%	22,58%
Situação para o limite de imobilização	17.316	17.469
Índice de imobilização (limite 50%)	8,43%	10,05%

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Odair Dalagasperina
Diretor Executivo
CPF: 729.708.980-04

Daniel Ferranti
Diretor de Operações
CPF: 980.500.100-82

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72